



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 1.209, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Dirijo-me a Vossas Excelências para, com respaldo em minhas atribuições constitucionais (art. 78, inciso V, da Constituição Estadual), encaminhar-lhes as razões de veto total ao Projeto de Lei nº 46/2017, que "proíbe, no âmbito do Estado, a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins a que se destina."

Atenciosamente,

Tião Viana
Governador do Estado do Acre

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **NEY AMORIM**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre

Recebido em:
3/8/2017
Evelina de Souza Cardoso
Subsecretaria de Atividades
Legislativas

Veto 46/2017
12/17

A Subsecretaria de Atividades
Legislativas para temite processar.
PBR, 15/8/2017



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 1.209, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso V, do art. 78, da Constituição do Estado do Acre, decidi **vetar integralmente** o Projeto de Lei nº 46/2017, que **"proíbe, no âmbito do Estado, a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins a que se destina"**, de iniciativa do Deputado **WHENDY LIMA**, aprovado por essa Assembleia Legislativa do Estado, em Sessão Plenária, conforme explicitado nas razões abaixo.

O Projeto de Lei nº 46/2017 dispõe o seguinte:

"O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam proibidas, no âmbito do Estado, a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins a que se destina.

Parágrafo único. Para os fins desta lei entende-se como obra pública toda e qualquer construção, reforma, recuperação ou ampliação custeada, total ou parcialmente, pelo Poder Público estadual, que sirva ao uso direto ou indireto da população tais como:

- I - hospitais, unidades de pronto atendimento, unidades básicas de saúde e estabelecimentos similares;*
- II - escolas, centros de educação infantil e estabelecimentos similares;*
- III - restaurantes, cantinas e lanchonetes populares;*
- IV - rodovias, estradas e outras linhas de trafegabilidade;*
- V - terminais, estações rodoviárias;*
- VI - equipamentos esportivos e culturais;*
- VII - trevos, rotatórias, pontes, viadutos e passarelas; e*
- VIII - unidades de conservação voltadas à visitação pública.*

Art. 2º Considera-se obra pública incompleta aquela que não está apta a entrar em funcionamento por não preencher as exigências legais, ou por falta de emissão ou concessão das licenças, autorizações, ou alvarás pertinentes ao caso.

Art. 3º Considera-se obra pública que não atende aos fins a que se destina aquela que, embora completa, apresenta uma ou algumas das seguintes condições de funcionamento:



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 1.209, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

- I - falta do número mínimo de profissionais que possam prestar o serviço;*
- II - falta de materiais de uso ordinário necessários à finalidade do estabelecimento; e*
- III - falta de equipamentos imprescindíveis ao funcionamento da unidade.*

Art. 4º *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Em síntese, este Projeto de Lei traz conceituações acerca do que seriam obras públicas, bem como oferece obrigações ao Poder Executivo no que tange à inauguração destas.

Verifica-se, assim, que a matéria – afeta aos órgãos que compõem a Administração Pública Estadual, insere-se naquelas dentre as quais a competência é privativa do Chefe do Poder Executivo, como garantia do princípio da Separação dos Poderes.

Desta feita, não obstante os nobres propósitos da iniciativa parlamentar, flagrante a inconstitucionalidade do projeto de lei em análise, por ter sido proposto por Deputado Estadual, deixando de observar a iniciativa privativa do Governador, conforme § 1º, do art. 54, da Constituição Estadual. Vejamos:

"Art.54. ...

§ 1º *São de iniciativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:*

...
III - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

...
VI - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos do Poder Executivo."

Corroborando com o dito acima, observa-se que o STF tem declarado inconstitucionais leis de origem parlamentar que disponham sobre atribuições conferidas aos órgãos subordinados ao governador, razão pela qual se entende como inconstitucional o PL ora em análise.

Assim, o Projeto de Lei nº 46/2017, de autoria parlamentar, extrapola a competência privativa do Chefe do Poder Executivo de iniciar projeto de lei relacionado às atribuições das Secretarias de Estado e demais entidades da administração indireta.



ESTADO DO ACRE

MENSAGEM Nº 1.209, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

Sabe-se que ao chefe do Poder executivo garante-se a iniciativa em determinadas matérias porquanto somente este tem condições de aferir o momento exato em que certos assuntos devem ser disciplinados por meio de lei. Apenas o Chefe da Administração Pública Estadual consegue sopesar com exatidão os diversos valores postos em jogo na sociedade e, assim, proceder aos exercício de ponderação entre eles, segundo a ótica da reserva do possível.

Ante o demonstrado, conclui-se pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 46/2017, por invadir competência alheia à conferida à Assembleia Legislativa, razão pela qual se entende como inconstitucional o PL ora em análise.

Ante o exposto, manifesto-me no sentido de que o Projeto de Lei nº 46/2017 possui vícios de inconstitucionalidade formal, razão pela qual decido pelo seu **veto integral**.

Estas são as razões que me levaram a **vetar integralmente** o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 3 de agosto de 2018.

Assinatura manuscrita de Tião Viana, com uma traçada inicial grande e decorativa.

Tião Viana
Governador do Estado do Acre